

Crise da hegemonia estadunidense.

Crise? Hegemonia? Estadunidense?

Por um diálogo entre hipóteses para entender a conjuntura atual

Fernando Correa Prado*

Resumo

Estariamos vivendo uma crise da hegemonia estadunidense? O presente ensaio parte desta questão como mote inicial para um debate teórico sobre como analisar a conjuntura atual do sistema mundial capitalista. Frente a enormidade da questão e do objetivo, buscou-se aqui abordar o tema de uma forma simples, a saber, contrastando duas perspectivas totalizantes – e em certa medida complementares, mas também contrastantes –, que oferecem diferentes respostas sobre a possível crise da hegemonia dos Estados Unidos: por um lado, a visão de Immanuel Wallerstein, segundo a qual a hegemonia estadunidense está em declínio desde finais da década de 1960 e faz parte de um processo mais drástico de “crise terminal” do moderno sistema-mundo capitalista; e, por outro lado, a abordagem proposta por José Luis Fiori, que se insere num programa de pesquisa coletivo cuja hipótese articuladora inicial afirma a retomada da hegemonia dos Estados Unidos a partir do início dos anos 1980, o que teria ocorrido através de um duplo movimento baseado no poder do dólar e na liderança militar. A intenção final desse diálogo teórico é gerar novas perguntas que ajudem a entender a conjuntura atual do sistema mundial capitalista, marcada pela possível crise de hegemonia dos Estados Unidos.

Palavras-chave: Crise da hegemonia estadunidense; conjuntura mundial atual; Immanuel Wallerstein; José Luis Fiori.

Abstract

Are we living a crisis of the American hegemony? This essay takes that question to introduce a theoretic debate about how to analyze the present situation of the capitalist world system. Giving these enormous question and purpose, we have tried to consider the theme in a simple way, by contrasting two perspectives – complementary, but also distinct –, that offer different answers about the possible crisis of the American hegemony: in one hand, the perspective of Immanuel Wallerstein, which argues that the American hegemony is in decline since the end of the 1960' and that this process is part of the “terminal crisis” of the modern world-system; in the other hand, the perspective of José Luis Fiori, as a part of a collective research program which central hypothesis is the revival of the American hegemony in the beginning of the 1980', a process that might occurred through a double movement based on the power of American dollar and on their military leadership. The final intention of this theoretical debate is to create new questions that may help to understand the present moment of the capitalist world system, characterized by the possible decline of the American hegemony.

Key words: Crisis of the American hegemony; present world context; Immanuel Wallerstein; José Luis Fiori.

* Economista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre em Estudos Latino-americanos pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), e atualmente doutorando em Economia Política Internacional na UFRJ. Correio eletrônico: fernandoprado@gmail.com

*Usted replicará que la realidad no tiene
la menor obligación de ser interesante.
Yo le replicaré que la realidad puede
prescindir de esa obligación, pero no las hipótesis.*

Jorge Luis Borges, “La muerte y la brújula”, *Ficciones*, 1944.

Introdução

Em sua edição de 18 de janeiro de 2012, o *Financial Times* literalmente anuncia: “Bancos Centrais reduzem o apetite por títulos do tesouro americano”¹. A matéria – vinculada a uma subseção sobre “mercado de capitais” e escrita por Michael Mackenzie, correspondente nos Estados Unidos do influente jornal –, começa esclarecendo: “Investidores ansiosos estão comprando, assim como o FED. Mas muitos Bancos Centrais ao redor do mundo estão no caminho oposto – desfazendo-se de títulos de longo prazo do Tesouro dos EUA, e em ritmo recorde”. Na sequência, afirma que “a demanda pela dívida dos EUA tem sido robusta, apesar do rebaixamento da qualificação AAA sobre o crédito estadunidense pela *Standand & Poor’s* no ano passado, em grande medida devido à turbulência financeira causada pela crise da dívida da Zona do Euro.” E, após comentar que os rendimentos dos títulos no mercado secundário caíram de 2,4% em outubro de 2011 para 1,84% a meados de janeiro de 2012, lembra que “o ano passado foi o melhor para a dívida de longo prazo dos Estados Unidos desde 1995”. Mas o gancho da notícia é que o comportamento dos bancos centrais “estrangeiros” seria “um aviso de que nem todos os jogadores do mercado de títulos de longo prazo estão felizes com retornos tão baixos, particularmente com a inflação de base anualizada correndo a mais de 2% nos EUA”. E aqui vem o argumento central: “Dentre os mais de dez trilhões de dólares em títulos do Tesouro dos EUA pendentes, os credores estrangeiros detêm cerca de 48% do mercado, sendo significativa a presença de investidores oficiais, como os bancos centrais. Desde o último mês de agosto, esses investidores reduziram sua exposição aos títulos do Tesouro americano em 95 bilhões de dólares, com 68 bilhões vendidos nas últimas seis semanas, na medida em que o dólar se fortaleceu e os mercados das economias emergentes sofreram perdas no fluxo de dólares. A desvalorização das moedas dos mercados emergentes frente ao dólar diminuiu a necessidade desses bancos centrais reciclarem reservas do comércio exterior através da compra de títulos de longo prazo do Tesouro estadunidense.”

¹ O original em inglês é: “Central banks curbs their appetite for Treasures”. Disponível em: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/00795c14-405c-11e1-8fcd-00144feab49a.html#axzz1jvNFCdRX>.

Pois bem, como interpretar uma notícia como essa? Seria um acontecimento irrelevante, apenas um “excesso de hipérbole midiático”, ou a expressão de um processo muito mais amplo, sobre o qual é preciso refletir em sua totalidade? E como ler outras inúmeras notícias que diariamente se acumulam nas editorias de finanças sobre os títulos da dívida dos Estados Unidos, sobre a peculiar procura dos “investidores” na “segurança do dólar”, ou sobre o viés de redução do montante de *Treasures bonds* nas mãos da China, para mencionar apenas as chamadas mais recentes relacionadas com a citada matéria do *Financial Times*?

Este ensaio não pretende de modo algum responder tais questões, nem mesmo esboçar as mediações necessárias para uma análise detalhada de cada uma delas, mas as utiliza como ponto inicial, derivado de um mero aparte jornalístico, para abordar um debate inconcluso – e interminável, por enquanto –, sem o qual dificilmente aquelas perguntas teriam uma resposta satisfatória: estaríamos vivendo uma crise da hegemonia estadunidense? Ao inverter o raciocínio, fica claro que, na verdade, é esta pergunta geral que torna possível a existência de uma notícia como aquela e que conduz a atenção da leitura a uma nota colocada de forma lateral num jornal londrino. E é a resposta a esta pergunta que permite interpretar a mesma notícia e buscar nela um elemento de análise da conjuntura atual.

Mas como tratar essa imensa questão num pequeno ensaio? Inicialmente, de uma forma simples, a saber, contrastando duas perspectivas totalizantes – e em certa medida complementares, mas também contrastantes –, que oferecem diferentes respostas sobre a possível crise da hegemonia dos Estados Unidos: por um lado, a visão de Immanuel Wallerstein, segundo a qual a hegemonia estadunidense está em declínio desde finais da década de 1960 e faz parte de um processo mais drástico de “crise terminal” do moderno sistema-mundo capitalista; e, por outro lado, a abordagem proposta por José Luis Fiori, que se insere num programa de pesquisa coletivo cuja hipótese articuladora inicial afirma a retomada da hegemonia dos Estados Unidos a partir do início dos anos 1980, o que teria ocorrido através de um duplo movimento baseado no poder do dólar e na liderança militar. A intenção final desse diálogo teórico é gerar novas perguntas – e repetir as mesmas, mas com melhores fundamentos – que ajudem a entender a conjuntura atual do sistema mundial capitalista, marcada pela possível crise de hegemonia dos Estados Unidos.

Para organizar tal diálogo, além desta introdução e das questões finais, este ensaio se divide em quatro partes: a primeira é uma espécie de sequência introdutória – necessária apenas para situar minimamente cada perspectiva e suas visões sobre a “crise da hegemonia estadunidense” –, e as demais partes estão focadas nos conceitos de “crise”, de “hegemonia”,

e a relação entre o caráter “estadunidense” ou sistêmico dessa crise. A utilização desses “subtemas” para direcionar o diálogo se deve à dupla tentativa de não repetir demasiado o conteúdo de outros textos similares, que também procuram contrastar as perspectivas de Wallerstein e Fiori, e focar especificamente alguns pontos, sem pretender apresentar cada perspectiva em sua totalidade.²

Dentro de cada um desses “subtemas”, a exposição conservou uma leitura quase linear e, em geral, partiu de alguns trechos selecionados da obra de Fiori e Wallerstein, sem analisar suas respectivas fontes teóricas, e sem entrar na obra de outros(as) autores(as) que compartilham diversas premissas teóricos-históricas e que fazem parte, em sentido amplo, dos respectivos programas de pesquisa.³ Tal limitação no foco do diálogo se deve, em boa medida, à necessidade de adequar este ensaio ao seu espaço particular. Mas outra razão menos circunstancial também fundamenta esta escolha: a tentativa de evitar generalizações sobre vários autores, sem dominar um conteúdo suficientemente amplo de suas obras. Neste sentido, a ideia de se ater à forma estreita de revisar e comentar algumas passagens direcionadas de Fiori a Wallerstein se justifica pela necessidade de precisar alguns pontos – em particular sobre como cada um entende a crise, a hegemonia, e as unidades de análises de uma visão sistêmica –, para então abrir novas questões que contribuam a interpretar da conjuntura atual através de “hipóteses interessantes”.

² Entre esses textos similares, é possível mencionar: Costa (2005), Gonçalves (2009), Brandão (2009) e Ribeiro (2009). Em geral, esses trabalhos buscam passar uma visão geral de cada autor, e agregam no debate a obra de Giovanni Arrighi, considerando também a influência mútua de Fernand Braudel. E não é aleatório o fato de que, nos últimos anos, tenham surgido diversos textos com o mesmo intuito de revisar as perspectivas de Wallerstein e Fiori sobre a crise da hegemonia americana. Além de terem sido estimulados por diferentes núcleos de pesquisa (particularmente, pelo Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo da Universidade Federal de Santa Catarina, e pelo Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro), esses trabalhos – e também o presente escrito – representam uma mínima expressão do nosso próprio tempo histórico, no qual o tema da crise de hegemonia estadunidense voltou à pauta intelectual mundial, sobretudo após o ataque ao WTC em 2001, passando pela tormentosa “Guerra do Iraque”, a crise do sistema financeiro de 2008, e a expansão incontestada da economia chinesa mundo afora.

³ No caso dos autores que mais diretamente dialogaram com Wallerstein em torno ao tema da crise da hegemonia americana, é possível destacar pelo menos três: Giovanni Arrighi, Samir Amin e André Gunder Frank (ver Amin *et.al.*, 1983). Em relação à linha de pesquisa mais próxima a Fiori, se encontram, entre outros: Maria da Conceição Tavares, Carlos Aguiar de Medeiros e Franklin Serrano. Ainda que a leitura desses autores tenha contribuído para direcionar o presente ensaio, suas contribuições não entram explicitamente no diálogo aqui proposto.

I. Crise da hegemonia estadunidense?

A pergunta sobre a crise da hegemonia estadunidense não é nova. Sua origem remonta à década de 1970, em consonância com a “crise do dólar”, o fim do regime monetário de Bretton Woods, a (re)emergência da Alemanha e do Japão – apesar da (e devido à) própria atuação dos Estados Unidos –, a derrota deste país no Vietnã, o “tempo de rebeldia” dos anos 1960 e o simbólico marco de 1968, entre outros vários processos históricos do período. Na década de 1980, a pergunta sobre a crise da hegemonia americana seguiu no centro de um debate, permeada por diferentes posições teóricas e políticas, mas essa mesma pergunta perdeu sentido e saiu de pauta nos anos 1990, com a queda da URSS e o início da época dos consabidos “Consenso de Washington”, “fim da história”, “Guerra do Golfo”, “neoliberalismo”, etc. – palavras que resumem precariamente um momento em que o mundo viveu “sob a égide de uma única superpotência, a mesma que se transformou no carro-chefe das mudanças econômicas que alteraram a face do capitalismo mundial, nas duas últimas décadas do século XX” (Fiori, 2001, p. 11).

Sem entrar na história intelectual do debate sobre a “crise da hegemonia americana” – tema que será rapidamente tocado mais adiante –, importa destacar o fato de que, a meados dos anos 1980, quando tal preocupação circulava pela esfera político-acadêmica mundial, pautando-se por certo consenso em torno à crise da hegemonia estadunidense – especialmente no universo anglo-saxão e apesar das variadas matrizes teóricas –, outra perspectiva adentrou o debate, afirmando que o mundo assistia “a retomada da hegemonia americana”. Assim se titulava o artigo que Maria da Conceição Tavares publicou em 1985 e reeditou em 1997 (com um pós-escrito sobre a “reafirmação da hegemonia americana”), abrindo então todo um programa de pesquisa e uma nova abordagem em “economia política internacional” que, ademais de enfocar a geopolítica e geoeconomia “desde a periferia”, buscava sublinhar em suas análises a imbricada relação entre o poder das armas e o poder do dinheiro, e mantinha o reconhecimento comum sobre a necessidade de compreender o poder global dos Estados Unidos e seus impactos sobre a periferia do sistema, em particular sobre a América Latina. Com base nessas linhas gerais, ao longo das décadas de 1990 e 2000 esse programa de pesquisa se plasmou em quatro livros coletivos: *Poder e Dinheiro. Uma economia política da globalização* (Fiori e Tavares [orgs.], 1997); *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (Fiori [org.], 1999); *Polarização mundial e crescimento* (Fiori e Medeiros [orgs.], 2001); e *O poder americano* (Fiori [org.], 2004).

Não é o caso de decifrar os vários pontos de partida comuns e as diferenças específicas entre cada autor(a) que participa ou participou desse programa de pesquisa. Interessa ressaltar aqui apenas que, nesse percurso, uma nova perspectiva sobre a origem, expansão e funcionamento do sistema interestatal capitalista foi tomando corpo, condensada particularmente nos textos de José Luís Fiori.⁴ A elaboração lógica e analítica dessa nova perspectiva tem sido apresentada, de forma sistemática, em seus textos mais recentes, tais como os artigos “Formação, expansão e limites do Poder Global” e “O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites” – ambos no já citado *O Poder americano* (2004) –; o “Prefácio” ao *Poder Global e a nova geopolítica das nações* (2007); e o ensaio “O sistema interestatal capitalista no início do século XXI”, que abre o livro *O mito do colapso do poder americano* (2008)⁵.

Mantendo o diálogo com algumas raízes compartilhadas dentro daquele programa de pesquisa, mas também partindo de um leque diferenciado e particular de fontes teóricas⁶, Fiori tem exposto uma visão totalizante e articulada sobre a origem, o funcionamento e a estrutura do “sistema interestatal capitalista”, visão esta que diverge, em pontos fundamentais, de várias outras teorias ou análises, sejam elas de cunho “realistas”, “liberais”, ou mesmo “neomarxistas”. Em consonância com o programa de pesquisa inaugurado em torno à hipótese da “retomada da hegemonia americana”, o ponto de divergência inicial de Fiori frente aquelas teorias ou análises é precisamente a caracterização do período pós-1970 como de declínio da hegemonia dos Estados Unidos. E entre os autores que defendem essa tese de declínio hegemônico estadunidense se encontra Immanuel Wallerstein, o segundo personagem no diálogo aqui proposto.

Wallerstein é um dos intelectuais que mais solidamente e com maior afínco defende a tese de que os Estados Unidos estão vivendo o declínio de sua hegemonia desde os anos 1970. É também um dos mais sugestivos intelectuais que toma a tarefa de pensar em grande, tratando de decifrar a origem, a expansão e o funcionamento do “moderno sistema mundial”. Sua postura em relação ao declínio da hegemonia estadunidense também faz parte de um amplíssimo arcabouço analítico, que o próprio Wallerstein denomina de “análise de sistemas-

⁴ Isso não implica que, necessariamente, o conjunto de autores(as) que participam do mencionado programa de pesquisa compartilhe ou rechace a perspectiva proposta por Fiori.

⁵ Este livro, organizado também coletivamente, traz mais dois artigos, um de Franklin Serrano e outro de Carlos Aguiar de Medeiros.

⁶ Em geral, nos textos que abrem os livros coletivos antes citados é possível identificar certa genealogia teórica de sua interpretação sobre o sistema interestatal capitalista. Talvez os escritos que melhor apresentem seus percursos teóricos sejam as introduções aos livros *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* e *Polarização mundial e crescimento*, bem como o “Prefácio” de *O poder global* (2007).

mundo.”⁷ Mas tampouco cabe aqui entrar na “origem, expansão e funcionamento” de seu pensamento como um todo.⁸ O que importa nesta sequência introdutória é sua particular leitura sobre o poder dos Estados Unidos.

No artigo titulado “Declínio dos Estados Unidos: a aterrissagem forçada da águia”⁹, que abre seu livro sobre *O declínio do poder americano*, Wallerstein começa com a pergunta chave, e logo apresenta sua hipótese central (2004, p. 21):

Os Estados Unidos em declínio? Poucas pessoas acreditariam nesta afirmação. Os únicos que acreditam são os falcões dos Estados Unidos, aqueles que defendem clamorosamente políticas para inverter o declínio. Essa crença de que o período final da hegemonia dos Estados Unidos já começou não decorre da vulnerabilidade que se tornou evidente no dia 11 de setembro de 2001. Na verdade, os Estados Unidos têm se enfraquecido como potência global desde a década de 1970, e a reação aos ataques terroristas limitou-se a acelerar esse declínio. Para compreender por que razão a chamada *Pax Americana* está se enfraquecendo é preciso examinar a geopolítica do século XX, particularmente nas últimas três décadas. Esse exercício revela uma conclusão simples e incontornável: os fatores econômicos, políticos e militares que contribuíram para a hegemonia dos Estados Unidos são os mesmos fatores que produzirão o iminente declínio dos Estados Unidos.

E após repassar seu argumento sobre a ascensão hegemônica dos EUA, desde o final do século XIX até o último quarto do século XIX, Wallerstein destaca novamente sua hipótese:

O sucesso dos Estados Unidos como potência hegemônica no período do pós-guerra criou as condições para que sua própria hegemonia fosse minada. Este processo pode ser capturado em quatro símbolos: a guerra do Vietnã, as revoluções de 1968, a queda do Muro de Berlim em 1989 e os ataques terroristas de setembro de 2001. Cada símbolo acresce ao anterior, culminando na situação em que os Estados Unidos se encontram hoje: uma superpotência solitária à qual falta um verdadeiro poder, um líder mundial que ninguém segue e poucos respeitam, e uma nação perigosamente à deriva, imersa em um caos global que não pode controlar.

Para além dos argumentos específicos – históricos e teóricos – que oferece Wallerstein ao sustentar sua posição, por ora convém fazer o contraste com a leitura de Fiori sobre os anos 1970, também sem detalhar seus pontos de apoio, apenas para evidenciar a diferença de perspectivas em torno a esse tema. Em seu já mencionado artigo sobre o “O sistema interestatal capitalista no início do século XXI”, ao debater com Arrighi e Wallerstein, Fiori (2008, p. 17-18) resume sua crítica:

[...] voltando à conjuntura internacional não fica claro – do ponto de vista destas teorias – o que se passou com a “crise dos anos 1970”, que acabou fortalecendo o poder americano. E tampouco se entende a fundamentação material, política e cultural do seu diagnóstico atual, a respeito da “crise terminal americana” neste início do século XXI.

⁷ Tal arcabouço é formado por uma vastíssima obra, cujo centro – para não mencionar todas – são seus quatro tomos sobre “o moderno sistema mundial” (2005a [1974]; 2005b [1980]; 1998 [1989]; 2011), ainda sem tradução no Brasil.

⁸ Para isso, ver Aguirre Rojas (2003).

⁹ Publicado originalmente em *Foreign Policy*, julho-agosto de 2002. Note-se que quase um ano após o ataque aos Estados Unidos de 11 de setembro de 2001.

Com relação à “crise da década de 1970”, hoje está claro que ela não enfraqueceu o poder americano; mais do que isto, todos os sinais que foram apontados como indicadores de seu declínio, se transformaram em seu contrário. [...] Ou seja, aquilo a que se assistiu depois da “crise dos anos 1970” não foi o “declínio americano”, mas uma mudança estrutural do sistema mundial, e um aumento exponencial do poder dos Estados Unidos.

Essas citações servem para mostrar a diferença entre ambos autores quanto à análise conjuntural da década de 1970 e seus impactos sobre o poder hegemônico dos Estados Unidos. Essa diferença, por sua vez, reflete marcos teóricos distintos, com outras formas de entender a origem, o percurso e as estruturas do “moderno sistema mundial” ou do “sistema interestatal capitalista”.¹⁰

No entanto, como já foi adiantado, não se trata aqui de contrastar essas distintas visões em sua totalidade, e tampouco é o caso de focar em maiores detalhes a questão específica sobre a “crise da hegemonia estadunidense”, algo que tem sido feito nos últimos anos de forma mais ou menos lograda.¹¹ Neste ensaio, a intenção é considerar pontualmente a forma como cada uma dessas perspectivas utiliza as noções de “crise”, “hegemonia”, e como percebem a amplitude dessa crise “estadunidense”, ou seja, que unidade de análise está por trás de suas propostas teóricas. Ao ressaltar, dessa forma direcionada, os elementos de divergência proximidade entre ambas visões, será possível destacar alguns de seus “pontos cegos”.

II. Crise?

O termo “crise”, usado aleatoriamente em diversos meios, pode significar qualquer coisa. E por isso mesmo muitas vezes acaba por não significar nada. Daí a necessidade de precisar, ou ao menos delimitar, o sentido desse termo no momento de debater alguma “crise”. Para isso, e na busca de síntese frente à amplitude das perspectivas que aqui estão em diálogo, é preciso reduzir cada uma das visões a seus pontos “críticos”, sem entrar – diga-se novamente – na totalidade de cada perspectiva.

Na leitura de Fiori, a “crise” no sistema interestatal parece ser um elemento perene, identificável através de duas tendências próprias do sistema interestatal: a tendência à

¹⁰ Afinal, como bem coloca Fiori ao princípio do mesmo texto antes citado: “Toda análise de conjuntura internacional supõe uma visão teórica de longo prazo a respeito do tempo, do espaço e do movimento histórico do sistema mundial” (2008, p. 11).

¹¹ Vale destacar novamente a dissertação de Jales Dantas da Costa (2005), que até o momento talvez seja a mais completa comparação entre ambas perspectivas (e inclui a de Giovanni Arrighi).

expansão e internacionalização das potências, e à nacionalização do poder e do capital.¹² Em sua perspectiva do movimento do sistema interestatal como um “universo em expansão”, os momentos de crise seriam praticamente contínuos, ainda que mais percebidos nos períodos das “explosões expansivas”, períodos estes que são frutos da “pressão competitiva” entre diferentes unidades de poder com suas vocações expansionistas (2008, p. 22). Do seu ponto de vista (*Ibid.*, p. 34):

[...] o sistema mundial é um ‘universo em expansão’ contínua, onde todos os Estados que lutam pelo ‘poder global’ – em particular, a potência líder ou hegemônica – estão sempre criando, ao mesmo tempo, ordem e desordem, expansão e crise, paz e guerra. Por isso, crises econômicas e guerras não são, necessariamente, um anúncio do ‘fim’ ou do ‘colapso’ dos Estados e das economias envolvidas. Pelo contrário, podem ser uma parte essencial e necessária da acumulação do poder e da riqueza destes Estados, e do próprio sistema mundial.

Nesta linha, a década de 1970 teria sido o ponto inicial de uma quarta “explosão expansiva” – as outras teriam ocorrido entre 1150-1350, 1450-1650 e 1790-1914 –, dando início a um “aumento da ‘pressão competitiva’ dentro do sistema mundial”, que estaria “sendo provocado em grande medida pela estratégia expansionista e imperial dos Estados Unidos, mas também pela multiplicação dos Estados soberanos do sistema, que já são cerca de duzentos, e, finalmente, pelo crescimento vertiginoso do poder e da riqueza dos estados asiáticos, e da China em particular” (*Ibid.*, p. 24). Essa mesma onda de expansão leva o sistema interestatal para um “aumento da ‘pressão competitiva’ mundial – geopolítica e econômica – e para o início de uma nova ‘corrida imperialista’ entre as grandes potências”; uma corrida “que já faz parte de mais uma ‘explosão expansiva’ do sistema mundial, que se prolongará pelas próximas décadas e contará com uma participação decisiva do poder americano” (*Ibid.*, p. 34).

A partir dessa forma de encarar o movimento sistêmico, e com base numa análise própria sobre a conjuntura internacional, Fiori chega a algumas hipóteses sobre uma possível “mudança estrutural mais profunda, provocada, em grande medida, pelo expansionismo imperial dos Estados Unidos e pela relação ‘siamesa’ que se estabeleceu entre esta ‘globalização’ americana e o ‘milagre econômico’ chinês” (*Ibid.*, p. 66-67):

[...] neste início do século XXI, é possível dizer que a internacionalização americana associada com o crescimento chinês já produziu uma mudança estrutural de longa duração no sistema mundial, com a criação de um novo centro nacional de acumulação de poder e de capital com a capacidade gravitacional equivalente à dos Estados Unidos. Completamente diferente do que aconteceu com a hegemonia britânica, no século XIX, e diferente também do que aconteceu no século XX, onde existiu

¹² Tema este que, como bem lembra Fiori, esteve no núcleo do debate sobre o capital financeiro e o imperialismo no começo do século XX, envolvendo Rudolf Hilferding, Karl Kautsky, Nicolai Bukharin e Vladimir Lenin, Rosa Luxemburgo, entre outros (Fiori, 1999, p. 61-64; 2004, p. 42-45).

uma bipolaridade geopolítica sem que houvesse maior complementariedade econômica entre os Estados Unidos e a União Soviética. Esta nova configuração estrutural está na raiz da “pressão competitiva” que está crescendo ao redor do mundo e anunciando uma nova “explosão expansiva” do “sistema mundial moderno”.[...]

Haverá uma nova ‘corrida imperialista’, e ela provocará aumento dos conflitos localizados entre os principais Estados e economias do sistema. Mas é muito difícil prever os caminhos do futuro, depois desta nova “era imperialista”. Seja como for, uma coisa é certa, do nosso ponto de vista: não haverá nada parecido como um “duelo final” entre os Estados Unidos e a China nesta primeira metade do século XXI. Pelo contrário, do ponto de vista econômico o que deve esperar é uma fusão financeira cada vez maior entre China e os Estados Unidos.

Como se pode notar, haveria uma tendência para uma “mudança estrutural profunda” ou “de longa duração”, mas que, ainda assim, tampouco geraria uma verdadeira “crise” transformadora, e sim a permanência de um constante estado de crise. Por existir constantemente, a crise, neste caso, não tem tanta relevância, ou melhor, é um elemento estrutural, portanto não tão “crítico”. Outro “ponto cego” dessa forma de abordar a conjuntura parece ser a ausência absoluta de possíveis crises de acumulação, já não de poder, mas de capital. Relacionada a isso está o esvaziamento de uma contradição bastante clara do sistema mundial que é aquela entre o capital e o trabalho. Mas essas afirmações ficam aqui hipóteses, que merecem serem melhor trabalhadas particularmente.

A visão de Wallerstein sobre a crise, apesar de ser bastante diferente em relação a de Fiori, contraditoriamente tem alguns “pontos cegos” – bem como “focos de claridade” – senão iguais, ao menos muito parecidos. Para Wallerstein, a “crise” da qual muitos falam desde os anos 1970 seria uma “crise estrutural”, “sistêmica”, “de transição”, uma “bifurcação histórica”, que marcaria o fim do sistema-mundo capitalista e daria início à configuração de uma nova, incerta e imprevisível ordem social. Em diversos textos Wallerstein trabalha esse tema, e mais recentemente publicou um artigo titulado precisamente “Structural crisis”¹³, que pode ser usado aqui como base inicial. Passando por alto toda sua argumentação e tentando se ater ao ponto central que aqui interessa, há um trecho desse texto que sintetiza seu olhar sobre “crise” (ou “a” crise):

The conjunction of the three elements – the magnitude of the ‘normal’ crash, the rise in costs of production, and the extra pressure on the system of Chinese (and Asian) growth – means that we have entered a structural crisis. The system is very far from equilibrium, and the fluctuations are enormous. From now on, we will be living amidst a bifurcation of systemic process. The question is no longer ‘how will the capitalist system mend itself, and renew its forward thrust?’, but rather, ‘what will replace this system? What order will emerge from this chaos?’

We may think of this period of systemic crisis as an arena of struggle for successor system (2010, p. 140).

¹³ *New Left Review*, nº 62, Março-Abril de 2010. Ver também Wallerstein (2001; 2006).

Ainda que exposta de forma absurdamente incompleta, é possível perceber aqui como Wallerstein pensa a crise. Para ele, trata-se de um verdadeiro processo de mudança estrutural, uma “crise sistêmica”, que estaríamos vivendo neste momento, dado o encontro de algumas assíntotas derivadas de contradições próprias do sistema-mundo capitalista.

Interessante é notar que a mesma perspectiva de crise já aparecia num texto de 1982, em que vê “a crise como transição” (1983, p. 14):

Crisis es una palabra que viene fácilmente a los labios. Siempre nos parece estar en una u otra crisis. La moneda se ha devaluado. Y por lo tanto la visión se ha tornado borrosa. Si cada problema presenta una crisis, entonces ninguno lo es. Pero el caso es que el mundo está en medio de una crisis – estructural y por lo tanto que no se presta a una “solución” sino a un “desdoblamiento”.

Assim, pode ter razão Fiori quando comenta que, na perspectiva de Wallerstein, “tudo está sempre em estado de ‘crise final’” (2004, p. 16) – ou, em tom exageradamente irônico, “para Wallerstein, o mundo estaria vivendo neste momento uma prolongada mudança de galáxia ou de Universo” (2004, p. 102).

Por outro lado, a visão de Wallerstein tenta estabelecer um paralelo não excludente entre o processo de “acumulação de capital” e “acumulação de poder”, sem relegar a um segundo plano (ou a nenhum plano) a luta de classes (e a extração do excedente dos trabalhadores por parte dos capitalistas) como elemento também fundante do sistema-mundo capitalista.¹⁴

De todos modos, o que se quer sublinhar aqui é a diferença e a semelhança que existem no conceito de “crise” entre as visões de Fiori e Wallerstein. Esquemáticamente, na primeira a noção de crise perde sentido por estar sempre presente, enquanto na segunda também perde sentido, neste caso por ser algo que deve vir em algum momento, ou melhor, que estaríamos vivendo agora e seguiremos vivendo por mais algumas décadas até surgir outro sistema, cuja expressão concreta é demasiado genérica e ainda pouco verificável, de modo que, no final das contas, a crise tampouco “existe”.¹⁵

Ao parecer, e enfocadas nesse ângulo da “crise”, ambas terminam por adotar um tom fatalista, ainda que em Wallerstein haja um sentido de horizonte transformador (desde o centro do sistema, mas também “desde baixo”) e em Fiori se perceba um apego maior ao realismo (desde a periferia) e a uma razão de Estado (para sair da periferia). Na verdade, talvez este seja um traço próprio de todas as “hipóteses interessantes”, ou, em outras palavras, pareceria que todas as tentativas de entendimento sistêmico e totalizador do mundo em que

¹⁴ Ver, por exemplo, Immanuel Wallerstein (2003 [1996]).

¹⁵ Há pesquisas mais detalhadas baseadas nas hipóteses de Wallerstein sobre as assíntotas seculares do moderno sistema mundial, que para um trabalho mais denso deveriam ser consultadas. Apenas como referência: Wallerstein e Hopkins (1996).

vivemos devem em alguma medida se afastar deste mundo, algo que, por sua vez, seria necessário para poder se aproximar posteriormente na análise de conjuntura. No entanto, é bastante óbvio que tal afastamento é impossível, e por isso as análises terminam por tratar “sempre” ou “nunca” das crises, podendo acabar à mercê da própria conjuntura que buscam analisar.

III. Hegemonia?

Este é o “subtema” mais complexo da tríada, pois envolveria precisões, raízes teóricas, formas de uso mais ou menos rígidas, enfim, um amplo debate e campo de estudo, que escapa ao curto marco deste ensaio. Para tratar da questão da hegemonia da forma que aqui se propõe, ou seja, pensado dentro do debate sobre a “crise da hegemonia estadunidense”, particularmente no sentido que empregam Fiori e Wallerstein em suas análises, convém começar rapidamente pela história, não do conceito em si, mas do debate iniciado na década de 1970 sobre o fim da hegemonia dos Estados Unidos.

De acordo com Fiori (2001, p. 9-11), dentro do *establishment* intelectual anglo-saxão a reflexão sobre o fim da hegemonia americana foi inaugurada por Charles Kindleberger, em 1973, com seu livro *The World in depression 1929-1939*, e durante os anos 1980 este debate passou por precisões e críticas dos “neorealistas” (Robert Gilpin), “pluralistas” (Robert Keohane) e “estruturalistas” (Susan Strange). Fiori anota também que, “por um caminho totalmente diferente do *mainstream*”, autores “neomarxistas” como Robert Cox, Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein participaram daquele mesmo debate. Por certo, uma expressão concreta disso foi o livro coletivo *Dinámica de la crisis global* (1983)¹⁶, no qual participaram Samir Amin, André Gunder Frank, além de Arrighi e Wallerstein, sendo que estes dois últimos autores começaram a entrar mais diretamente na questão da hegemonia, com os respectivos textos intitulados “Una crisis de hegemonía” e o já citado “La crisis como transición”.

E, em texto posterior, Fiori diz que, “paralelamente, um ou outro grupo de autores marxistas ou neomarxistas, como Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, chegaram a conclusões muito parecidas com as dos realistas” (2004, p. 12-13). Ainda segundo Fiori, “o que fica claro em todos os autores e teorias que trabalham, de uma forma ou outra, com os

¹⁶ A publicação original é de 1982, com o título *Dynamics of global crisis*.

conceitos de liderança ou hegemonia mundial, é que estes conceitos não são suficientes para dar conta do funcionamento do sistema político e econômico mundial” (*Ibid.*, p. 18). E na sequência mantém a crítica, tocando num ponto já comentado sobre a crise como constante:

Eles têm um viés excessivamente funcionalista e não captam o movimento contínuo e contraditório das relações complementares e competitivas do *hegemon* com os demais estados do sistema durante sua ascensão, mas também não captam durante seu ‘reinado’ [...] Neste sentido, se pode concluir com toda segurança que os conceitos de ‘liderança’ ou ‘hegemonia internacional’ ajudam a compreender a estabilização e o funcionamento ‘normal’ do Sistema Mundial, mas não dão conta das suas contradições e do desenvolvimento tendencial dos seus conflitos que existem e se mantêm ativos, mesmo nos momentos de maior legitimidade e paz harmônica” (*Ibid.*, p. 18-19).

Neste mesmo texto, mais adiante, Fiori retoma sua própria crítica (*Ibid.*, 53):

A posição hegemônica, portanto, é uma conquista, uma vitória do estado mais poderoso em um determinado momento, e neste sentido se pode dizer que é apenas um “ponto possível” na curva ascendente dos “estados-impérios” que lutam pelo poder global. Só quando ocuparam esta posição transitória foi que os países hegemônicos puderam exercer um poder global favorável, eventualmente, ao desenvolvimento dos demais membros do sistema. O que, em geral, fica menos visível ou destacado nas discussões sobre “hegemonias mundiais”, é esta disputa que está por trás do poder hegemônico.

Não obstante essas críticas, por um caminho muito diferente, Fiori também afirma que os Estados Unidos já não representam uma hegemonia na configuração mundial do início do século XXI: “Desde todos os pontos de vista, o mundo nunca esteve tão longe de qualquer coisa que se possa chamar de hegemonia. [...] estilhaçou-se o apoio à sua [dos EUA] liderança moral-internacional, e cada uma das Grandes Potências dedica-se a “recolher os cacos” e redefinir seus interesses e espaços de influência, à sobra do hiperpoder norte-americano” (2004, p. 55).

A partir desses trechos de Fiori é possível adiantar que existe, aqui também, distância e proximidade com a leitura de Wallerstein, as quais, postas em evidência, podem abrir outros “pontos cegos” de ambas perspectivas.

No texto de 1982, Wallerstein trabalha com um conceito de hegemonia que, à primeira vista, se aproxima ao “realismo”, ou seja, vê o poder hegemônico como estabilizador do sistema. Após resumir a forma na qual, segundo sua visão, o sistema funciona, Wallerstein afirma (1987, p. 26):

Que el poder hegemónico lo tengan los holandeses, o los británicos o los norteamericanos les es indiferente a los acumuladores, a condición de que haya estados centrales fuertes (y en ocasiones alguno que sea hegemónico) para asegurar la viabilidad política de acumuladores en busca de ganancias.

E em outro texto, específico sobre o tema, e escrito na mesma época (1983), Wallerstein detalha melhor sua perspectiva (2004b, p. 241-242):

Se puede hablar de hegemonía en el sistema interestatal en aquellas situaciones en que la continua rivalidad entre las llamadas “grandes potencias” está tan desequilibrada que una de ellas puede imponer

en gran medida sus reglas y deseos (como mínimo mediante una capacidad de veto eficaz) en los terrenos económico, político, militar, diplomático y hasta cultural.

[...] La hegemonía no es, por lo tanto, una situación de equilibrio estable, sino más bien un extremo de un espectro fluido que describe las relaciones de rivalidad existentes entre las grandes potencias.

E percebe também a limitação do conceito, delimitando seu uso (*Ibid.*, p. 248):

Tampoco habría que dedica mayor esfuerzo al concepto de hegemonía, ya que no es sino una forma de organizar nuestra percepción de los procesos, y no una ‘esencia’ cuyos rasgos tengan que describirse y cuya recurrencia eterna deba demostrarse y anticiparse. Un concepto procesual nos alerta sobre las fuerzas que actúan en el sistema y los probables nudos de conflicto; no más, pero tampoco menos. No se puede entender la economía-mundo capitalista a menos que analicemos claramente cuáles son las formas políticas que ha engendrado y cómo se relacionan estas formas con otras realidades. El sistema interestatal no es una variable exógena, creada por Dios, que limite o interactúe misteriosamente con la acumulación de capital, sino simplemente su expresión en el terreno de la política.

Os trechos de Fiori e Wallerstein acima citados possibilitam alguns comentários. Em primeiro lugar, parece ter razão Fiori quando aponta ao possível viés funcionalista do conceito de hegemonia no plano internacional. Seria um conceito que supõe, junto da coerção, a legitimidade, o consenso, mas ao sublinhar esse aspecto a análise pode facilmente perder de vista o conflito permanente, este sim o possível motor da ação dos Estados e do capital. Por outro lado, ao notar o uso específico que Wallerstein dá ao conceito, também é possível perceber que não difere tanto das formas de utilização propostas por Fiori, pois Wallerstein não minimiza o conflito permanente entre as “grandes potências”, ainda que não os coloque como centrais.

Se isso for certo, haveria um outro “ponto cego” na duas análises, derivadas da extrapolação geopolítica do conceito com um viés “eurocentrista” – por mais cuidados que ambos autores tenham neste sentido. Na verdade, nos períodos históricos que ambos sugerem ter existido hegemonias (para Wallerstein: nos períodos de 1625-1672, 1815-1873 e 1945-1967; e para Fiori: nos períodos de 1870-1900 e 1945-1973), se a mirada passa das “grandes potências” para a periferia, e de um sentido “horizontal” interestatal para o sentido “vertical” intra-estados, é possível afirmar que, no fundo, há quase exclusivamente coerção e, quando muito, algo de consenso no exercício do poder e no processo de acumulação de capital. Afinal, neste “andar de baixo” o conflito também é permanente, talvez ainda mais constante e estrutural.

Em suma, o contraste rápido e pontual no uso do conceito de hegemonia sugere uma hipótese menor, segundo a qual a divergência entre ambos autores neste ponto pode ser mais de precisão conceitual, e outra mais ousada, que tem a ver com a relação entre o centro e a periferia e as classes sociais dentro do “sistema-mundo” ou “sistema interestatal” capitalista. No final das contas, esse último ponto tem por trás o debate sobre a unidade de análise.

IV. Estadunidense?

Aqui entra a parte fundamental do diálogo, mas também a que traz em si ainda mais sobreintendidos, pois para captar a unidade de análise utilizada por cada autor é preciso dar um panorama mais geral de suas perspectivas – considerando suas hipóteses de origem, expansão, funcionamento do sistema, bem como suas tendências de futuro –, algo que foge das intenções pontuais deste ensaio. Por outro lado, é tal captação que evidencia melhor novos e já mencionados “pontos cegos” de cada perspectiva, refletidos agora sob novo ângulo. Na tentativa pouco lograda de resolver isso, a saída foi citar mais extensamente algumas passagens relevantes de cada autor, mesmo sabendo que o ideal seria um esforço de síntese analítica, para então deixar abertas algumas questões ao fechar este ensaio.

Pois bem, na perspectiva de Fiori (2008, p. 25): “Este ‘universo’ de que estamos falando nasceu na Europa, e só na Europa, apesar das semelhanças políticas e econômicas que possam ter existido entre a situação europeia e o que se passava, naquele momento, em outros territórios, continentes ou civilizações.” Segue seu argumento, retomando algumas passagens contidas em outro texto (2008, p. 26-28; 2004, p. 38-39):

Do nosso ponto de vista, não há como explicar ou deduzir a necessidade da acumulação do lucro e da riqueza a partir do ‘mercado’ ou do ‘jogo das trocas’ [...] Porque não existe nenhum ‘fator intrínseco’ à troca e ao mercado que explique a decisão de acumular e de universalizar os próprios mercados. [...]

Do nosso ponto de vista, portanto, no caso europeu, no “longo século XIII”, foi a luta pelo poder que implodiu os mercados locais e estimulou a produção agrícola e a multiplicação do excedente econômico. E a cunhagem de moedas facilitou a troca destes excedentes e a autonomização da “economia de mercado”. Mas, ao mesmo tempo, estas mesmas guerras criaram as oportunidades de multiplicação do dinheiro pelo dinheiro, longe da produção, e que está na origem do capital e do capitalismo. [...]

Este sistema não existia antes da formação dos Estados nacionais, e não foi produto natural e evolutivo destes Estados, muito menos da “economia de mercado” ou do “modo de produção capitalista”. Foi uma criação do poder conquistador destes primeiros Estados territoriais que definiram suas fronteiras no mesmo momento em que expandiam para fora da Europa. Nesse sentido, o mais correto é dizer que o ‘império’ ou a ‘vontade imperial’, foi uma dimensão essencial dos primeiros Estados nacionais europeus. Como resultado, desde o início, o novo sistema estatal europeu esteve sob o controle compartilhado e competitivo de um pequeno número de “Estados-impérios” que se impuseram na sua região e se transformaram no ‘núcleo central’ do sistema estatal europeu.

E um pouco mais adiante o texto deixa entrever a unidade de análise subjacente à sua perspectiva (Fiori, 2008, p. 29): “Até o fim do século XVIII, o ‘sistema mundial moderno’ restringia-se aos Estados europeus e suas colônias americanas, e foi só depois da sua grande ‘explosão expansiva’, no ‘século XIX’, que ele passou a incluir a África e a Ásia dentro de suas fronteiras coloniais. Mas foi só na segunda metade do século XX que o sistema interestatal se ‘globalizou’ definitivamente, depois da criação de Estados nacionais independentes, da Ásia e da África”.

Nesta visão, a unidade de análise se concentra no sistema interestatal, formado por Estados-economias nacionais em seu contínuo, contraditório, conflituoso “jogo de poder” expansivo. O “sistema” se amplia na medida em que, através das sucessivas “explosões expansivas”, novas unidades de poder soberanos se estruturam. Isso porque, “no universo dos poderes soberanos que se formaram na Europa, a acumulação do poder foi sempre uma necessidade inevitável, permanente e absoluta” (2007, p. 18). “Nesse tipo de sistema, portanto, todos os poderes soberanos são e serão sempre expansivos, propondo-se em última instância a conquista de um poder cada vez mais global, até onde alcancem os seus recursos e suas possibilidades e, independente de quem os controle, em distintos momentos de sua própria expansão” (*Idem*).

Também em Wallerstein a origem do “sistema-mundo capitalista” – com sua “economia-mundo” e seu “sistema interestatal” – se deu na Europa e se expandiu por ondas sucessivas através do globo. Mas o momento, a forma e a razão básica dessa expansão é bastante diferente da proposta de Fiori, e acaba por delinear outra unidade de análise. Sua explicação mais detalhada desse processo se encontra em seus quatro tomos sobre o “moderno sistema mundial”¹⁷. Sem adentrar demasiado em seu argumento, vale repassar ao menos alguns trechos do primeiro tomo dessa obra.

Segundo Wallerstein (2005 [1974], p. 52), até o fim da Idade Média a maior parte da Europa era feudal, formada por nódulos econômicos relativamente pequenos e autossuficientes, baseado na expropriação direta do excedente agrícola. Entre aproximadamente 1150 e 1300, a Europa feudal viveu uma expansão nos níveis geográfico, comercial e demográfico, e de aproximadamente 1300 a 1450 tal expansão sofreu uma contração, também nesses três níveis, causando uma “crise”, que se refletiu nas esferas econômica e política. Essa “crise” teria sido a expressão da junção de uma tendência secular de esgotamento do padrão feudal de extração do excedente, uma crise cíclica mais imediata e um impacto climatológico que também afetou a esfera produtiva:

Fueron precisamente las inmensas presiones de esta coyuntura lo que hizo posible la enormidad del cambio social. Porque lo que Europa iba a desarrollar y sostener a partir de entonces era una nueva forma de apropiación del excedente, una economía-mundo capitalista. No iba a estar basada en la apropiación directa del excedente agrícola, en forma de tributo (como había sido el caso en los imperios-mundo) o de rentas feudales (como había sido el caso del feudalismo europeo). En su lugar, lo que iba a desarrollarse ahora era la apropiación de un excedente basado en una productividad más eficiente y ampliada (en primer lugar en la agricultura y posteriormente en la industria), por medio del mecanismo de un mercado mundial, con la asistencia ‘artificial’ (es decir, ajena al mercado) de los aparatos de Estado, ninguno de los cuales controlaba en su totalidad el mercado mundial (*Ibid.*, p. 53).

¹⁷ Ver nota 7.

De fato, é neste momento que Wallerstein sintetiza o argumento de seu livro, uma síntese que ajuda a esclarecer a questão da unidade de análise:

El argumento de este libro será que para el establecimiento de tal economía-mundo capitalista fueron esenciales tres cosas: una expansión del volumen geográfico del mundo en cuestión, el desarrollo de variados métodos de control del trabajo para diferentes productos y zonas de la economía-mundo, y la creación de aparatos de Estado relativamente fuertes en lo que posteriormente se convertirían en Estados del centro de esta economía-mundo capitalista (*Ibid.*, p. 54-55).

Para Wallerstein, portanto, surge no “longo século XVI” (entre 1450 e 1650) uma “economia-mundo” europeia, que não era um império, mas sim um sistema social cuja divisão do trabalho perpassava diferentes unidades políticas, constituindo o vínculo básico (“econômico”) entre as partes do sistema. É este sistema social, baseado numa “economia-mundo capitalista” e num “sistema interestatal”, que representa a unidade de análise para Wallerstein.

Na medida em que, ao parecer, a unidade de análise que se extrai da perspectiva de Fiori é o “sistema interestatal”, convém detalhar um pouco mais como este mesmo conceito é utilizado por Wallerstein.

Para além das questões das ondas sucessivas de expansão do sistema-mundo e das diferentes formas de controle da força de trabalho e de extração do excedente – temas que também são fundamentais dentro da obra de Wallerstein, mas que não cabe tratá-los aqui –, ao focar a atenção por ora na formação de aparelhos de Estado fortes, que viriam a dar origem ao sistema interestatal capitalista, surgem as questões: como um Estado se formava e se fortalecia? E em que medida este processo esteve ligado diretamente à economia-mundo capitalista? No terceiro capítulo do primeiro tomo de *El moderno sistema mundial*, Wallerstein procura responder essas questões, agregando outra pergunta logo no início (2005, p. 187): “Resulta evidente que la emergencia de la monarquía absoluta en Europa occidental coincide en el tiempo con la emergencia de una economía-mundo europea. Pero ¿es su causa o su consecuencia?”

É precisamente esta pergunta – e sua resposta, claro – que permite uma nova aproximação crítica entre a proposta analítica de Immanuel Wallerstein e a de José Luis Fiori, centrada agora na questão da “unidade de análise”. Para Fiori (2007, p. 16-17 e 24-25):

[...] a força expansiva que acelerou o crescimento dos mercados e produziu as primeiras formas de acumulação capitalista não pode ter vindo do ‘jogo das trocas’, ou do próprio mercado, nem veio, nesse primeiro momento, do assalariamento da força de trabalho. Veio do mundo do poder e da conquista, do impulso gerado pela ‘acumulação de poder’, mesmo no caso das grandes ‘repúblicas mercantis’ italianas, como Veneza e Gênova.[...]

A guerra, a moeda e comércio sempre existiram. A originalidade da Europa, a partir do “longo século XIII”, foi a forma em que a “necessidade da conquista” induziu e depois se associou com a “necessidade do lucro”. Por isso, a origem histórica do capital e do sistema capitalista europeu é indissociável do poder político. Radicalizando nosso argumento: a origem histórica do capital não

“começa pelo mercado mundial”, nem mesmo pelo “jogo das trocas”. Começa pela conquista e pela acumulação do poder e pelo seu estímulo autoritário ao crescimento do excedente, das trocas e dos grandes ganhos financeiros construídos à sombra dos poderes vitoriosos. E, como consequência, a teoria da formação do capital e do capitalismo também tem de começar pelo poder, pelos tributos e pelo excedente, partindo das primeiras formas de definição do trabalho excedente e de sua transformação em dinheiro e em capital, a partir do poder dos soberanos.

Ao comparar esta visão com a análise de Wallerstein, é possível perceber pontos em comum e traços divergentes, sendo que estes últimos acabam por gerar outro tipo de explicação para o surgimento do sistema interestatal e de sua “função” no sistema mundial capitalista.

Quando se pergunta pelo motivo do surgimento dos regimes absolutistas naquele momento histórico particular – entre os séculos XVI e XV –, Wallerstein (2005, p. 190) não descarta a existência de “fenômenos centrífugos presentes nos novos Estados”, mas se questiona também sobre quais eram as pressões que levavam os governantes a tentarem alcançar objetivos mais ambiciosos ou, em outras palavras, o que lhes gerava a busca por “acumulação de poder”. Nesta parte, Wallerstein retoma a explicação derivada das pressões por disponibilidade de terras e pelo controle do mercado de trabalho, mas agrega outros fatores para explicar o fato de que a economia-mundo capitalista tenha requerido e facilitado o processo de incremento do poder do Estado, de centralização e controle internos, o que se deu pelo menos nos Estados centrais. E para começar a sua explicação histórica, trata de algumas formas utilizadas pelos Estados nos séculos XV e XVI para se fortalecer: a burocratização, monopolização da força, criação de legitimidade e homogeneização dos súditos.

Sem detalhar a argumentação de Wallerstein sobre cada uma destas formas, convém sublinhar um ponto específico em sua abordagem sobre a burocratização e a necessidade de fazer desse processo algo como uma espiral ascendente – mais burocracia, mais capacidade e tributação, mais riqueza para o Estado, mais burocracia, etc. Em determinada passagem sobre este tema Wallerstein faz a relação desse processo com as transformações econômicas, relacionadas à divisão europeia do trabalho:

La espiral ascendente operaba más o menos así: las ventajas momentáneas adquiridas por el rey a finales de la Edad Media, a causa de la presión económica sobre la nobleza, crearon los fondos que hicieron posible el empezar a ‘comprar’ una burocracia. Esto a su vez hizo posible obtener tanto mayores impuestos como más préstamos. En aquellas áreas de la economía-mundo en que la transformación económica estaba teniendo lugar de tal manera que les garantizaba una parte desproporcionada del excedente mundial, los Estados encontraron más fácil la imposición de los préstamos, un simple reflejo de la confianza hacia el futuro de los elementos poseedores de dinero. Los Estados utilizaban estos ingresos incrementados para incrementar su poder coercitivo, lo que a su vez incrementaba lo que podríamos llamar la ‘confianza en el potencial coercitivo’ del Estado (2005, p. 194).

Mesmo focando apenas um ponto sobre sua argumentação do processo de concentração de poder nos Estados, aqui se nota que na análise de Wallerstein a lógica do poder não está autonomizada da lógica da economia-mundo capitalista; pelo contrário, ambas são intrinsecamente ligadas, fazem parte do mesmo processo de surgimento do sistema-mundo capitalista. Contudo, no final das contas, parece ser a “acumulação incessante de capital” o motor do sistema, e não a “competição interestatal”.

Na obra de Fiori ambas lógicas tampouco estão separadas, mas a lógica fundamental está na expansão das unidades de poder e na competição interestatal (2007, p. 28): “[...] a conquista e a monopolização de novas posições de poder político e econômico seguiram sendo a mola propulsora do novo sistema. E foi dentro dessas unidades territoriais expansivas que se forjou o ‘regime e produção capitalista’, o qual se internacionalizou de mãos dadas com os seus ‘Estados-impérios globais.’”

Como este subtema sobre a “unidade de análise” condensa os principais elementos de cada abordagem, ao ser focado particularmente – ainda que de forma rápida e pouco cuidada –, também permite visualizar os principais “pontos cegos” de cada abordagem. Seria muito afirmar taxativamente tais pontos-cegos, dado o caráter aproximativo deste ensaio, e por isso é melhor apresentá-los em formas dúvidas, como possíveis hipóteses, que podem vir a ser interessantes para futuros trabalhos.

Questões finais

A intenção final do diálogo teórico deste ensaio é aventar algumas perguntas-hipóteses. Para Wallerstein a economia-mundo capitalista, baseada numa divisão social do trabalho, estaria intrinsecamente ligada à existência de uma superestrutura política formada por um sistema interestatal que impede a emergência de um império equivalente à divisão social do trabalho, mas a lógica fundante do sistema é a “acumulação incessante de capital”. Para Fiori também é impossível dentro desse sistema que exista um único império global, pois isso “levaria à entropia do sistema ao provocar sua homogeneização interna com o desaparecimento das hierarquias e conflitos das unidades constitutivas responsáveis pelo dinamismo e pela ordem do próprio sistema” (2004, p. 57) – trata-se da velha e sempre atual discussão sobre a impossibilidade de um “ultra-imperialismo”. De todos modos, a unidade de análise que privilegia, em consonância com sua hipótese sobre a origem fundante e organizadora do sistema, é o sistema interestatal.

Ficam então algumas perguntas sobre possíveis “pontos-cegos” de ambas perspectivas: ao mudar de olhar e enfocar a lógica do poder como fator determinante das expansões sucessivas do sistema mundial, não há o risco de perder de vista sua ligação com a divisão social do trabalho e, portanto, com a formação de classes, por um lado, e de zonas semiperiféricas e periféricas, por outro, como elementos também estruturantes do moderno sistema mundial? Este mesmo foco não poderia derivar na existência de duas lógicas distintas, paralelas, entre o sistema interestatal e a economia-mundo capitalista, sem captar o sentido da totalidade? E o que este novo foco iluminaria quando conscientemente vistos desde a periferia e pela “classe dominada” e não “dominante”? Por outro lado, a perspectiva centrada na “acumulação incessante de capital” não estaria pendente a não enxergar a lógica imperial por trás dos Estados-economias nacionais, tendendo a esvaziar a centralidade do Estado no mundo moderno? E em que medida essa mesma perspectiva acaba por ignorar outros elementos fundantes do poder, como parece ser o caso constitutivo das moedas nacionais, tema que, de forma pouco matizada, abriu esse ensaio?

Por fim – e por enquanto –, volta a pergunta inicial, ainda sem respostas, mas com algumas hipóteses para seguir adiante: as perspectivas aqui em diálogo dão conta de analisar a conjuntura atual do sistema mundial capitalista?

Referências bibliográficas

AGUIRRE ROJAS, Immanuel Wallerstein. *Crítica del sistema-mundo capitalista*, ERA, México D.F., 2003.

AMIN, Samir (et al.), *Dinámica de la crisis global*, Siglo XXI, México D.F., 1983.

BRANDÃO, Luiz Felipe Osório, “O sistema-mundo no pensamento de Wallerstein, Arrighi e Fiori: um estudo comparativo”, artigo apresentado no *IV Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo*, Florianópolis, 2009.

COSTA, Jales Dantas da, *Crise de hegemonia ou novo império norte-americano? Um confronto entre a economia política dos sistemas-mundo e a nova economia política do sistema mundial*, Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

FINANCIAL TIMES, edição eletrônica do dia 18 de janeiro de 2012.

FIORI, J.L. e M. C. TAVARES (orgs.), *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização*, Vozes, Petrópolis, 1997.

FIORI, J.L. e C. MEDEIROS, *Polarização mundial e crescimento*, Vozes, São Paulo, 2001.

FIORI, José Luis (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, Vozes, Petrópolis, 1999.

_____, “Introdução. De volta à questão da riqueza de algumas nações”, em José Luis Fiori (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, Vozes, Petrópolis, 1999.

_____, “Introdução: Depois da retomada da hegemonia”, em FIORI, J.L. e C. MEDEIROS, *Polarização mundial e crescimento*, Vozes, São Paulo, 2001.

_____, (org.), *O poder americano*, Vozes, Petrópolis, 2004.

_____, *O poder global e a nova geopolítica das nações*, Boitempo, São Paulo, 2007.

_____, “O sistema inter-estatal capitalista, no início do século XXI”, em J.L. FIORI, F. SERRANO E C. MEDEIROS, *O mito do colapso americano*, Editora Record, São Paulo, 2008.

GONÇALVES, Felipe Teixeira, “A relação entre economia e política em Arrighi e Wallerstein”, artigo apresentado no *IV Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo*, Florianópolis, 2009.

RIBEIRO, Valéria Lopes, “A Economia Política dos Sistemas-Mundo e a visão do Sistema Interestatal Capitalista: uma análise comparativa”, artigo apresentado no *IV Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo*, Florianópolis, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel, *El moderno sistema mundial. La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*, vol. I, 11ª edición, Siglo XXI Editores, México D.F., 2005 [1974].

_____, *El moderno sistema mundial. El mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea*, vol. II, Siglo XXI Editores, México D.F., 2005b [1980].

_____, “Crisis como transición”, em AMIN, Samir (et al.), *Dinámica de la crisis global*, Siglo XXI, México D.F., 1983.

_____, *El moderno sistema mundial. La segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista 1730-1850*, vol. III, Siglo XXI Editores, México D.F., 1998 [1989].

_____, *Después del liberalismo*, Siglo XXI Editores, México D.F., 2003.

_____, *O declínio do poder americano*, Ed. Contraponto, São Paulo, 2004a.

_____, “Las tres hegemonías sucesivas en la historia de la economía-mundo capitalista”, *Capitalismo histórico y movimientos antisistémicos*, Ed. Akal, Barcelona, 2004b.

_____, *Análisis de sistemas-mundo. Una introducción*, Siglo XXI Editores, México D.F., 2005.

_____, *The Modern World-System IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914*, University California Press, 2011.